

Constituinte poderá consolidar a reforma

A nova Constituição deve prever garantias de investimentos estatais na reforma agrária, para que ela seja ampla, massiva e imediata, defendeu o jornalista Hélio Doyle, candidato a deputado pelo PDT.

A reforma agrária deve ser ampla, pois deve ser aplicada em todo o país, massiva porque deve dar acesso à terra a milhões de famílias sem terra ou com pouca terra e imediata, pois deve começar a ser aplicada já, o que ainda não acontece de fato na Nova República, afirmou Doyle.

Para que o país tenha uma justa política fundiária, o ex-presidente do Sindicato dos Jornalistas defende a desapropriação dos latifúndios por interesse social com o pagamento da terra e benfeitorias feito em Título da Dívida Agrária — e não em cruzados, como defendem muitos proprietários de terra. Propõe também o confisco das terras griladas ou com títulos duvidosos e a desapropriação de empresas rurais nas regiões onde há conflitos de terra ou alta concentração de trabalhadores sem terra.

— Segundo dados do próprio governo, lembrou Hélio, 80% das propriedades rurais estão nas mãos de 10% dos proprietários no país. Por outro lado, existem 12 milhões de trabalhadores rurais sem terra ou com terra insuficiente para seu sustento e um crescente número de desempregados nas cidades.

Para que a produção de alimentos aumente, Doyle propõe que sejam fixados limites mínimos para a produtividade na terra acima de três módulos rurais que, descumprido, provoque a perda sumária da terra.

Para acabar com os conflitos rurais Doyle acha que devem ser imediatamente desativadas e desarmadas as polícias privadas ou bandos de jagunços e que devem ser apurados os crimes e punidos os mandantes, que terão suas terras confiscadas. "Os direitos trabalhistas devem ser todos estendidos para os camponeses, e isso deve estar explícito na nova Constituição", afirmou.